



Número: **5000518-10.2023.4.03.6003**

Classe: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Federal de Três Lagoas**

Última distribuição : **09/04/2023**

Valor da causa: **R\$ 100.000,00**

Assuntos: **Rural - Agrícola/Pecuário, Conflito fundiário coletivo rural, Funcionamento de Estabelecimentos Empresariais**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA (ASSISTENTE)	
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PR/MS (AUTOR)	
FEDERACAO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - FETAGRI - MS (AUTOR)	
ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A (REU)	
	ADRIANA ASTUTO PEREIRA (ADVOGADO)
J&F INVESTIMENTOS S.A (REU)	
	FERNANDO OLAVO SADDI CASTRO (ADVOGADO)
CA INVESTMENT (BRAZIL) S.A. (REU)	
	FLAVIO PEREIRA LIMA (ADVOGADO)

Outros participantes	
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PR/MS (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
353495447	11/02/2025 08:25	Decisão	Decisão



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU

AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65) Nº 5000518-10.2023.4.03.6003 / 1ª Vara Federal de Três Lagoas

AUTOR: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL - PR/MS

ASSISTENTE: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA INCRA

REU: ELDORADO BRASIL CELULOSE S/A, J&F INVESTIMENTOS S.A, CA INVESTMENT (BRAZIL) S.A.

Advogados do(a) REU: FERNANDO OLAVO SADDI CASTRO - SP103364, JOSE WANDERLEY BEZERRA ALVES - MS3291, LEANDRO AUGUSTO RAMOZZI CHIAROTTINO - SP174894, RAPHAEL FERREIRA PINTO - SP482298

Advogados do(a) REU: ADRIANA ASTUTO PEREIRA - SP389401-A, MANSOUR ELIAS KARMOUCHE - MS5720, MAX LAZARO TRINDADE NANTES - MS6386

Advogados do(a) REU: ARTHUR GONZALEZ CRONEMBERGER PARENTE - RJ143920, BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS - SP172687, ERNESTO BORGES NETO - MS6651, FABIANO DE CASTRO ROBALINHO CAVALCANTI - RJ95237-A, FLAVIO PEREIRA LIMA - SP120111

DECISÃO

1. Relatório.

Trata-se de ação civil pública proposta pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Mato Grosso do Sul – FETAGRI, com posterior exclusão da autora originária e inclusão do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no polo ativo e assunção da demanda pelo **Ministério Público Federal**, contra Eldorado Brasil Celulose S/A, J & F Investimentos S/A e CA Investment Brazil S/A.

Id 351177411: a demandada CA Investment (Brazil) S.A. requer a revogação das decisões cautelares vigentes que determinam: (i) a suspensão dos atos de transferência das ações da ré Eldorado Brasil Celulose S/A, de propriedade da J&F Investimentos S.A., em favor da C.A. Investment S.A.; e (ii) a suspensão da Decisão A-14, emitida no Procedimento Arbitral CCI 23909/GSS/PFF, e a revogação dos efeitos da decisão de suspensão da Arbitragem CCI.

A requerente expõe o contexto fático-jurídico envolvendo o contrato de compra e venda de ações



Este documento foi gerado pelo usuário 009.***.***-89 em 11/02/2025 10:18:50

Número do documento: 2502110825134550000341052867

<https://pje1g.trf3.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2502110825134550000341052867>

Assinado eletronicamente por: ROBERTO POLINI - 11/02/2025 08:25:13

com a holding J&F e terceiros para aquisição de todas as ações da Eldorado Brasil Celulose S/A, alegando que a J&F tenta não cumprir referido contrato.

Aduz que o Tribunal Regional Federal da 4ª Região deferiu o pleito liminar e determinou “[A] suspensão dos atos de transferência das ações da ré Eldorado Brasil Celulose de propriedade da J&F Investimentos S.A. em favor da C.A. Investment S.A., bem como a aquisição de novas áreas rurais no território brasileiro pelas demandadas Eldorado Brasil Celulose, Paper Excellence e C.A. Investment S.A. até que sejam apresentadas as permissões pelo INCRA e pelo Congresso Nacional, conforme exigido pelas Leis n.º 5.709/71 e 8.629/93.” (Doc. 02 - evento 7, p. 17)”.

Acrescenta que, ao negar o agravo de interno da CA Investment S.A., o Tribunal Regional Federal da 4ª Região deferiu medida cautelar, com o seguinte comando: “Dessa forma, entendo por confirmar a tutela antecipada concedida no evento 7, complementada pela decisão do evento 95 para determinar, até o julgamento final da Ação Popular, a suspensão: i) dos atos de transferência das ações da ré Eldorado Brasil Celulose de propriedade da J&F Investimentos S.A. em favor da C.A. Investment S.A., abrangendo todo e qualquer contrato acessório ao negócio principal, bem como a aquisição de novas áreas rurais no território brasileiro pelas demandadas Eldorado Brasil Celulose, Paper Excellence e C.A. Investment S.A. até que sejam apresentadas as permissões pelo INCRA e pelo Congresso Nacional, conforme exigido pelas Leis n.º 5.709/71 e 8.629/93; ii) da Decisão A-14, emitida no Procedimento Arbitral CCI 23909/GSS/PFF, bem como os instrumentos e atos correlatos, ordenando que as demandadas abstenham-se de realizar diligências administrativas que indiretamente transfiram ou antecipem o poder de gestão da Eldorado à empresa controlada por capital estrangeira CA Investment/Paper Excellence (evento 63, p. 35)”, tendo, na sequência, provido o recurso de apelação para reconhecer a adequação da Ação Popular para o pleito deduzido.

Sustenta que as decisões proferidas pelo TRF4 estariam eivadas de nulidade, por supressão de instância, e devem ser revogadas, ante o reconhecimento da conexão e prevenção deste Juízo Federal e que, a suspensão determinada pelo Superior Tribunal de Justiça não obstaría o reexame da questão.

Requer: “Considerando que as gravíssimas violações à legislação e aos direitos da CA provenientes das decisões proferidas por juízo incompetente perduram no tempo mesmo após as inúmeras tentativas de sua revogação, inclusive suscitando a litispendência e conexão com essa Ação Civil Pública desde o 1º momento naquele Tribunal, a CA vem requerer a Vossa Excelência que sejam avaliadas as decisões cautelares vigentes, com a sua revogação ou, ao menos, sua adequação aos limites das ações coletivas, conforme passa a expor.”

Argumenta que não haveria provas de que a Eldorado e a Paper Excellence pretendiam adquirir qualquer propriedade e sequer que o negócio jurídico objetivaria a aquisição de terras rurais por empresa estrangeira, ressaltando que o seu interesse seria o de desenvolver a atividade econômica de produção e comercialização de celulose.

Refere que “os argumentos apresentados pela CA nos autos demonstram a necessidade de acolhimento das preliminares suscitadas com a consequente extinção da ação, visto que: (i) há litispendência ou no mínimo conexão com a presente Ação Civil Pública; (ii) o autor popular não possui legitimidade ativa nem interesse de agir, sendo que não estão comprovados quaisquer atos ou omissões lesivas ao patrimônio público, mas sim a defesa de interesses privados da J&F; e (iii) a Vara Federal de Chapecó/SC é incompetente para



juízo da ação – inclusive como já decidido por Vossa Excelência em sua análise inicial da presente ACP (ID 281648096).”

Alega estar ausente a plausibilidade do direito suscitado na ação popular, pelos seguintes fundamentos: “(i) o autor popular não se desincumbiu do seu ônus de provar as falsas alegações que faz na petição inicial, tratando-se apenas de ilações instrumentalizadas no interesse da J&F; (ii) o Contrato não diz respeito a operação imobiliária, mas consubstancia a aquisição do complexo industrial da Eldorado, sem qualquer intenção de especulação imobiliária e ameaça à soberania nacional, não sujeita, portanto, às restrições a estrangeiros; (iii) a Lei nº 5.709/1971 e o art. 23 da Lei nº 8.629/1993 disciplinam apenas a aquisição direta e o arrendamento direto de imóveis em zona rural por estrangeiros, não tratando em nenhum momento de alteração de controle acionário de empresas industriais operacionais; (iv) não por outro motivo, a nulidade de que se refere o artigo 15 da Lei nº 5.709/1971 se restringe ao negócio jurídico formalizado em escritura pública e levado ao registro de imóveis, não alcançando negócios como o firmado pela CA para a aquisição de participação acionária de empresa com robusta atividade econômica industrial, como a Eldorado; (v) é necessária a análise do Contrato com fundamento nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica, com o objetivo de manutenção da estabilidade e tratamento isonômico das relações privadas; (vi) não obstante, A CA sempre se comprometeu a cumprir a Constituição Federal, a legislação aplicável e as determinações governamentais, adotando as medidas adequadas para endereçamento de eventuais preocupações indicadas pelo Poder Público; e (vii) faz-se necessária a preservação da segurança jurídica, à luz do entendimento vigente e formado no e. STF em decisão cautelar na ADPF 342 e na ACO 2463.”

Ressalta que no contexto contratual referido, os imóveis representariam fração mínima do negócio jurídico, ponderando que “A aquisição da Eldorado pela CA não tem a aptidão jurídica para ferir a soberania do Estado Brasileiro, o monopólio do poder estatal para legislar ou para empregar sua força coercitiva consoante os fins autorizados pelo ordenamento jurídico. A Eldorado, seja sob o controle da CA, seja sobre o controle da J&F, continuará submetida ao poder do Estado e sujeita à coerção física dos órgãos estatais.” E que “Resta clara, portanto, a tentativa de distorção dos objetivos precípuos das ações coletivas, com o intuito de (i) se tutelarem interesses único e exclusivamente privados e individuais; (ii) furtar-se de cumprir as decisões prolatadas tanto pelo Tribunal Arbitral, quanto pelo e. TJSP, que determinaram à J&F o cumprimento do estipulado no Contrato e a consequente transferência do controle acionário da Eldorado à CA.”

Esclarece que “[...] não é a Paper Excellence quem irá adquirir o controle da Eldorado, mas, sim, a CA, sociedade sediada no Brasil, regida pela lei brasileira, regularmente constituída perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, pagante de tributos ao Fisco e com capacidade de ampliação de geração de empregos (diretos e indiretos). A CA é empresa brasileira, que não pode ser comparada à “pessoa jurídica autorizada a funcionar no Brasil”, cuja atuação é disciplinada pelo art. 1.134 do CC.”, e que a medida judicial impeditiva geraria discriminação entre sociedades brasileiras de capital nacional ou estrangeiro.

Menciona que “Na ACO 2463 e na ADPF 342, em 29/03/2023, o CF-OAB requereu “a suspensão de todos os processos e negócios jurídicos que tenham como objeto a aplicação do artigo 1º, parágrafo 1º, da Lei 5.709/1971”, mencionando expressamente o Contrato celebrado entre J&F, CA e terceiros.” e que “A Lei 5.709/1971, que regula a aquisição de imóveis em zona rural por estrangeiros, bem como o art. 23 da Lei 8.629/1993, que trata dos contratos de arrendamento rural, não estabelecem vedação à aquisição ou arrendamento de terras. O que a legislação prevê são alguns limites, como o percentual de superfície por município, e um procedimento que permite ao País conhecer e controlar a destinação que será dada às terras



adquiridas ou arrendadas nesses termos.”

Prossegue apresentando argumentos para fundamentar a regularidade do negócio jurídico e, ao final, requer a revogação das medidas liminares, por ausência de periculum in mora e perigo de dano reverso, uma vez que “Ao mesmo tempo em que não restou comprovado mínimo risco de dano ao patrimônio Público ou à soberania nacional, muito menos ao Estado de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul ou qualquer outro Estado, as gravosas decisões proferidas a pedido da J&F estão causando danos de difícil reparação à CA e de danos irreversíveis à população do Mato Grosso do Sul, em que está sediada a Eldorado, em violação ao art. 300, § 3º, do CPC.” e assevera que o impedimento de se concretizar a operação e todo o investimento a ser realizado pela CA já inviabilizaram a criação de 2,6 mil empregos na região de Três Lagoas e impossibilitou o reconhecimento de considerável soma em tributos.

Formula os seguintes pedidos:

a) A revogação parcial das decisões cautelares vigentes, especificamente no que tange à (i) determinação de suspensão dos atos de transferência das ações da ré Eldorado Brasil Celulose de propriedade da J&F Investimentos S.A. em favor da C.A. Investment S.A, limitando-a ao objeto discutido nas presentes ações coletivas, qual seja a necessidade ou não de procedimento de autorização especificamente sobre terras em zona rural, suspendendo-se apenas a transferência da titularidade do direito real de propriedade de imóveis em zona rural e da titularidade dos contratos de arrendamento, determinando as medidas que entender necessárias com base no poder geral de cautela, art. 297 do CPC, inclusive a possível constrição dos bens para controle desse MM. Juízo, de forma que seja mantido o direito da Eldorado usufruir dos bens e contratos na execução de seus fins econômicos até o julgamento final dos processos; (Eventos 7 e 163 do Doc. 02 e 40 e 62 do Doc. 01); e

b) A revogação integral da decisão cautelar (ii) de suspensão da Decisão A-14 emitida no Procedimento Arbitral CCI 23909/GSS/PFF, assim como o reconhecimento expresso de revogação dos efeitos da decisão de suspensão da Arbitragem CCI (Eventos 7 e 163 do Doc. 02 e Evento 40 e 62 do Doc. 01).

É o relatório.

2. Fundamentação.

Nos autos do conflito de competência 208.989 - MS (2024/0388299-9) suscitado por CA Investment (Brazil) S.A, o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão liminar que deferiu parcialmente os efeitos da tutela, tão somente para que, na forma do art. 955 do CPC: a) seja fixada a competência do Juízo da 1ª Vara Federal de Três Lagoas/MS para decidir provisoriamente sobre questões urgentes relacionadas à ação popular; b) sejam sobrestados os feitos em conflito até o julgamento definitivo deste conflito de competência (id 349394505).

Na decisão que deferiu a tutela de urgência, o STJ registrou que “Pelo que se extrai (e-STJ fls. 1621 e 1637), as Reclamações Constitucionais 68.986/SC e 68.988/SC foram ajuizadas perante o Supremo Tribunal Federal com o objetivo, em tese, de garantir a autoridade e a eficácia de decisão proferida pelo STF no âmbito da ADPF n. 342 e da ACO n. 2.463; bem como para supostamente assegurar a autoridade e a



eficácia de decisão do STF proferida no bojo da Sentença Estrangeira 5.206-7. Em ambos os casos, a causa de pedir está atrelada à irresignação da suscitante em relação às decisões proferidas no âmbito do TRF da 4ª Região, que supostamente teriam deixado de reconhecer a autoridade do juízo arbitral. [...] Os pedidos formulados nas ações reforçam a conexão entre elas. Na Ação Civil Pública, requer-se a suspensão imediata dos efeitos da transferência acionária, com notificação às instituições envolvidas e aos cartórios de registro de imóveis, além da declaração de nulidade do negócio jurídico. Por sua vez, a Ação Popular pleiteia, liminarmente, a suspensão da transferência, condicionando sua validade à obtenção das aprovações prévias do INCRA e do Congresso Nacional, com a declaração de nulidade definitiva caso tais condições não sejam atendidas.”

Considerou-se que “Por outro lado, no que toca ao segundo pedido (da tutela de urgência), entendo que não cabe, por ora, a suspensão imediata da eficácia das decisões proferidas pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Nesse ponto, tenho que conferir esse efeito implicaria (aí sim) transformar o presente conflito de competência em sucedâneo recursal. A reforma da decisão da Corte Regional deveria ser buscada no âmbito da própria Ação Popular, e não no presente incidente, cujo objetivo é definir apenas o juízo competente para processar e julgar as ações. E nem se diga que a definição desse juízo – como sendo o da 1ª Vara Federal de Três Lagoas/MS – teria como consequência automática o desfazimento das decisões proferidas por outro juízo. Isso porque, como ficou claro nos parágrafos passados, a razão de se atribuir a competência ao juízo sul mato-grossense é tão somente em face da conexão entre as ações, de modo a evitar decisões conflitantes, sendo que os efeitos da reunião ora garantida são prospectivos, sem que possa, por si só, invalidar os comandos até então praticados pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Caberá ao juízo competente, querendo, revisar ou referendar os efeitos das decisões proferidas pela Corte Regional, na forma como consta do próprio acórdão daquele Tribunal, o qual ressaltou que “resta confirmada a decisão que deferiu a tutela antecipada e, por consequência, mantidos todos os efeitos e determinações constantes do julgamento da Tutela Antecipada Antecedente n.º 5019146- 84.2023.4.04.0000, não estando obstado novo exame pelo Juízo de primeiro grau, considerando que a análise por este Tribunal se dá por força de recurso contra sentença que não analisou o mérito da ação” (e-STJ fl. 1870).”

Conforme esclarecido em decisão anterior, a Eldorado Brasil Celulose S/A providenciou a juntada das principais peças processuais da ação popular e do recurso de apelação, com destaque para a decisão concessiva da tutela recursal pelo órgão recursal do TRF da 4ª Região que determinou “a suspensão dos atos de transferência das ações da ré Eldorado Brasil Celulose de propriedade da J&F Investimentos S.A. em favor da C.A. Investment S.A., bem como a aquisição de novas áreas rurais no território brasileiro pelas demandadas Eldorado Brasil Celulose, Paper Excellence e C.A. Investment S.A. até que sejam apresentadas as permissões pelo INCRA e pelo Congresso Nacional, conforme exigido pelas Leis n.º 5.709/71 e 8.629/93” (id 329436750) e complementação da tutela (id 329438155).

Conquanto o Superior Tribunal de Justiça tenha sinalizado ser este Juízo Federal o competente para o processamento e o julgamento da ação popular e desta ação civil pública, ante a conexão e o risco de decisões conflitantes, deve-se considerar que as decisões concessórias das tutelas de urgência antecipatória e cautelar já foram questionadas e mantidas pelo órgão recursal, de modo que permanecem válidas e eficazes, sobretudo por não haver conflito com qualquer outra decisão proferida nestes autos.

A despeito da invocação das decisões noticiadas pela requerente, neste estágio processual não se vislumbra alteração do quadro fático e jurídico que justifique a modificação ou a revogação das tutelas deferidas pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cujos fundamentos adotados poderão



ser ratificados por este Juízo, acaso confirmada sua competência.

Diante da validade e eficácia das tutelas provisórias deferidas no âmbito da ação popular nº 5007144-10.2023.4.04.7202, em trâmite perante a 2ª Vara Federal de Chapecó/SC, cujas decisões se encontram preclusas, impõe-se o indeferimento do pedido de revogação formulado pela CA Investment (Brazil) S.A.

A questão controvertida nesta ação civil pública compreende matéria de direito e fática que não demandará dilação probatória, a atrair a regra do artigo 355, inciso I, do CPC, e possibilitando o julgamento antecipado, oportunidade em que poderão ser apreciados todos os fundamentos expostos pelas partes em juízo de cognição exauriente.

3. Conclusão.

Diante do exposto, indefiro o requerimento id 351177411.

O presente feito permanecerá sobrestado até que seja julgado o conflito de competência STJ N° 208.989 - MS (2024/0388299-9).

Intimem-se.

